



## A CRIAÇÃO DO ESPAÇO PSICOLÓGICO: NOTAS FILOSÓFICAS SOBRE SEU PERCURSO HISTÓRICO

DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v2i52.8751>

**Lauro Ericksen**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Brasil*

### RESUMO

Aborda como tema a questão da criação do espaço psicológico e sua construção filosófica no transcurso histórico da humanidade. Metodologicamente, tenta indicar a possibilidade de criação de um espaço próprio para a psicologia apartada de outras ciências, ainda que sua origem seja derradeiramente filosófica. Objetiva partir da modernidade como cerne histórico do qual emerge a necessidade da discussão psicológica propriamente dita. Resulta que os momentos de crise e de alterações paradigmáticas após a modernidade indicam o momento mais adequado para o surgimento do espaço psicológico. Conclui que a criação do espaço psicológico denota uma evolução gerada na modernidade e ainda em curso nos tempos atuais.

**Palavras-Chave:** Psicologia, Filosofia, Modernidade.

### INTRODUÇÃO

Para que se possa falar de “espaço psicológico” é indispensável que esse termo seja, inicialmente, introduzido, e em seguida, mais bem explanado, ou até mesmo, clarificado, para que o seu alcance conceitual e, principalmente, metodológico, seja alcançado, satisfazendo os pressupostos explicativos mínimos do trabalho em desenvolvimento. Ao se falar de espaço psicológico se tem a noção de que a psicologia, compreendida tanto em sua acepção de esforço do pensamento da humanidade, quanto em sua noção mais prática de uma ação humana (ainda que voltada para si mesma), precisa de elementos básicos que a confirmem um *status* diferenciado, algo que lhe aparte de outras formas de pensamento e também de outras ciências.

A partir dessa definição mínima do que vem a ser o espaço psicológico, depreende-se, decerto, que a sua construção é dada historicamente. Com base nesse desdobramento – ainda que com um viés claramente heideggeriano (HEIDEGGER,

2001, p. 169), uma vez que há uma equiparação entre a espacialidade do pensamento humano (ou, melhor dizendo, o seu rasgo e espacialidade) e a evolução da historicidade e conseqüentemente da temporalidade, como sendo uma clareira para o ser (*Lichtung*, no original em alemão) – há de se pensar que esse movimento deriva das próprias necessidades do homem, em uma determinada época, com costumes e usos próprios, a qual demarca o início de uma caminhada rumo a essa construção do pensamento, voltada, precipuamente para o psicológico.

Tem-se, portanto, o ponto de partida para a análise filosófico-histórica da formação do espaço psicológico: há uma determinada época que serve de referência para todo esse estudo da psicologia como ciência, como prática e como pensamento, e a partir desse mencionado ponto de concentração, sua problemática, seu método, suas inconsistências e suas crises podem ser apontadas, pensadas, questionadas, abordadas, resolvidas ou até mesmo postas em conflito consigo mesma, afinal, a psicologia, tanto quanto outras formas de pensamento a ela anexas, questiona se é possível e/ou viável ter uma totalidade de pensamento propriamente dita. Não obstante, o ponto de partida da análise evolutiva do espaço psicológico não pode ser outro senão a modernidade, o período de pensamento ululante após a renascença e a quebra dos vestígios mais vetustos do pensamento arcaico do medievo. É nessa época histórica que se reúnem os pressupostos básicos para que várias correntes filosóficas se desenvolvam, para que haja uma forma de pensamento singular que coloque o homem em contato consigo mesmo (a raiz humanista resgatada pelo renascimento) para somente então o espaço psicológico se desenvolva e venha a atingir seu ápice de maturação no século XIX, no entanto, até lá, um longo caminho há de ser percorrido, cheio de percalços e óbices para a unidade total desse pensamento denominado de “psicológico”.

Assim sendo, didaticamente, o presente trabalho possui a seguinte divisão temática. Além da introdução em curso, há uma seção dedicada à perscrutar as raízes filosóficas da modernidade, explanando os elementos básicos do racionalismo, do empirismo e fazendo a conexão entre o surgimento dessa nova visão filosófica e a construção do sujeito moderna, algo bastante caro a formação do espaço psicológico em seu sentido formal de unidade de pensamento. A seção seguinte trata detidamente da experiência e da experimentação desse sujeito moderno, ou seja, explica a noção elementar de subjetivação privatizada e a sua decorrente crise, e como os valores e perspectivas humanas são alterados por esse modo de conceber e entender o mundo e a

própria realidade que o cerca. A última seção de conteúdo trata da tríade moderna que é derivada de premissas racionalistas e empiristas: o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar. Nessa seção, além dos pormenores de cada uma dessas perspectivas de pensamento e suas relações com o utilitarismo, são feitos alguns comparativos recentes com escolas psicológicas e com alguns expoentes dessas escolas, tentando, assim, fazer a ponte de conexão entre o pensamento moderno e suas repercussões mais recentes e mais expressivas. Derradeiramente, há uma seção dedicada às considerações finais, na qual são recapitulados alguns conceitos básicos expostos durante todo o trabalho, e na qual se reconhece toda a complexidade de dar conta da evolução histórica da construção do espaço psicológico.

## **1 MODERNIDADE: RACIONALISMO, EMPIRISMO E A CRIAÇÃO DA SUBJETIVIDADE**

Não se pode conceber, de uma maneira minimamente adequada, o surgimento da modernidade sem a sua maior herança para os dias hodiernos: o conceito mais elementar de sujeito. O termo sujeito deriva do latim, *subjectum*, e faz menção aquilo que está submetido (daí o sufixo *sub*) à própria realidade que o rodeia, e, em certa medida, o conduz, o *jectum*, do termo agregado. Assim, na modernidade, observa-se o surgimento de duas correntes filosóficas que, em maior ou menor proporção, cada uma ao seu modo, investem no sujeito como capaz de conhecer o mundo.

Até a modernidade não havia o conceito clarificado do que era o sujeito, tampouco havia a contraposição entre sujeito e objeto. Na antiguidade se falava do ente, do ser, e de tudo mais que rodeava a metafísica daquela época, os princípios fundamentais do pensamento sobre a *physis*, isto é, os *archai* (SCHMITZ, 2007, p. 44). Esses conceitos elementares foram transmutados em acepções sobre a natureza da divindade e do homem no medievo, e um retorno a conceitos humanistas da antiguidade foram feitos na renascença. No entanto, em nenhum dos períodos brevemente aludidos houve algum apontamento próximo ao entendimento de sujeito esposado pela modernidade. De modo, que pode-se dizer que o sujeito é uma criação genuína da

modernidade, e, sem esse conceito, não é possível compreender a semente para a compreensão psicológica do século XIX que foi gerada nesse período histórico.

Toda a construção metafísica predominante nos séculos vindouros foi erigida a parti do racionalismo cartesiano, ela é a base elementar para se pensar o homem como sendo o sujeito cognoscente do mundo, e o mundo como sendo a representação de toda objetificação do que pode ser por ele conhecido. Há um elemento epistemológico fundamental nessa definição. O homem que pensa, isto é, o sujeito pensante do *cogito* é o senhor da razão, é o ente definido como sendo o detentor de toda a possibilidade de conhecer o que há de externo no mundo, por mais que todo esse conhecimento advenha, nos moldes racionalistas de Descartes (2004, p. 33), a partir da internalidade do próprio pensamento.

Conjuntamente com o racionalismo cartesiano surgiu também o empirismo clássico de Francis Bacon. O empirismo, como escola do pensamento filosófico, é uma empreitada intelectual eminentemente britânica, já que seus principais nomes sempre foram filósofos advindos desta porção insular da Europa, a citar: David Hume, Berkeley e Bertrand Russell. A evolução do empirismo ao longo do transcurso histórico mereceria um destaque a parte, no entanto, esse não é o enfoque principal do presente trabalho. Desta maneira, o importante é destacar que o empirismo surge, metodologicamente, tal qual se dá também o surgimento do racionalismo, como uma tentativa de compreender o mundo por meio da percepção, apurada de certas imprecisões, depositando nos sentidos a via eminente para que tudo possa ser conhecido, mesurado e determinado. O argumento de Berkeley, nesse sentido, é um dos mais expressivos, para ele, “ser” é ser percebido, de modo que o que não pode ser percebido sequer pode ser enquadrado na categoria metafísica mais essencial de ser considerado alguma coisa, é essa confiança nos sentidos, e na apropriação do mundo externo que centra o ponto de entendimento do empirismo como doutrina filosófica primordial de seu tempo, concebida (por Bacon) até mesmo antes das colocações racionalistas de Descartes.

Adquire-se, nesse sentido, alguma noção de “real” e de realidade, no entanto, tais aspectos desdobrados da verdade dizem respeito apenas àquilo que pode ser manipulado tecnicamente pelo homem (FIGUEIREDO, 2008, P. 14). Nessa esteira, as pretensões da modernidade, em seu anseio epistemológico, não dizem respeito à busca

da realidade em última instância, e sim, uma justificação plausível para aquilo que se pode ter como manipulável em sua própria realidade pelo “sujeito”, seja ele dono da razão dos racionalistas, ou quer seja ele senhor de suas percepções mais próprias, segundo os empiristas.

Com essa breve descrição do racionalismo e do empirismo denota-se uma clara e pujante contraposição entre essas ideias filosóficas no início da modernidade. Uma deposita no sentido externo todas as possibilidades de percepção e de pensamento, ao passo que a outra, coloca a racionalidade e a constância de um “eu” perquiridor como fonte máxima do conhecimento do mundo, ainda que outras coisas lhe sejam externas, mais e mais, o que sempre interessa, é a adequação (ou verdade por adequação, a *adequatio* cartesiana) entre o objeto e a correspondência dele derivada para com o sujeito – posteriormente, na contemporaneidade, o conceito de adequação da verdade por correspondência será duramente criticado pelos pensadores que se opõem a uma metafísica cartesiana (DREYFUS; WRATHALL, 2005, p. 123). Dualmente, ou o “eu” está na interioridade e é guiado pela razão, ou encontra-se dado na imediatidade das percepções sensíveis. Essa contrariedade é o mote do desenvolvimento de toda a filosofia moderna e repercute, de maneira bastante expressiva, até hoje no contexto pós-moderno de sua análise.

Nessa trilha e na decorrente evolução histórica, que envolve, certamente, a formação do espaço psicológico, há um claro embate entre as correntes racionalistas e empiristas, afinal, qual a verdadeira essência do homem? Está ele confinado a racionalizar a sua interioridade ou a verdade reside na sua percepção e naquilo que ele obtém pelas sensações. Essa contradição de pensamentos finda por enformar toda a tradição psicológica prévia à construção de um espaço psicológico propriamente dito. Ela é o pano de fundo para que se possa observar algo interessante: por mais que sejam dissonantes, o racionalismo e o empirismo, eles são expoentes de uma crise social histórica, a qual dá origem à erupção de pensamentos diversos e controversos. Até o medievo, Deus e a crença Nele conduziam o homem em todos os seus passos e direcionamentos. Após a modernidade, Deus ainda existe, e é frequentemente citado por Descartes, por exemplo, no entanto, o homem pode tomar rumos mais práticos em suas formas de pensar, sem depender do consentimento divino para guiar todas as suas ações. Certamente, o homem ainda não está só, como aponta Nietzsche em seus escritos, no

entanto, seus rumos estão desvencilhados, ao menos diretamente, da tradição eclesiástica determinativa dos apontamentos humanos.

## **2 SUBJECTIVAÇÃO PRIVATIZADA E SUA CRISE NA FORMAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO CONTEXTO PSICOLÓGICO**

Outro ponto de encontro fomentado pelo embate e pelas contradições da formação histórica do espaço psicológico é a questão do entendimento que aquilo que o homem pensa e tem como mais íntimo em sua própria privacidade lhe é algo único e singular, ou seja, que a sua subjetivação é privada ao seu âmago mais intrínseco e particular. Essa também é uma herança da modernidade, particularmente, do próprio conceito de sujeito por ela anunciado ao mundo. Sem a escorreita compreensão do que o sujeito representa para a modernidade e representa em termos metodológicos e epistemológicos na filosofia moderna, não seria adequadamente possível se pensar em subjetivação, que é, essencialmente, o grau mais elevado do sentido mais próprio de ser efetivamente um sujeito.

O abandono da concepção determinista da visão teológica esposada pela filosofia medieval é o fomento inicial dessa concepção da subjetivação privatizada enraizada na sociedade ocidental moderna (e pós-moderna também – uma vez que essa noção não foi plenamente descartada na contemporaneidade, e ainda possui certa prevalência hodierna). A subjetivação privatizada é uma forma de minimalismo por assim dizer, ela é minimalista no sentido de reduzir todas as (outras) possibilidades de pensamento e de alterações do mundo externo a apenas aquilo mesmo que o sujeito entroniza como sendo o seu próprio pensamento sobre a realidade, assim, ele encurta as rédeas daquilo que se apresenta além daquilo que ele mesmo privatiza, subjetivamente.

O grande valor atrelado à subjetivação privatizada, indubitavelmente, é a liberdade. A própria concepção de ser sujeito, de compreender a si e ao mundo, está imbrincada na noção de ser livre para poder exercer todas essas prerrogativas essenciais de se sujeitar a ordem natural das coisas, ou de ser capaz de alterar essa ordem, e construir, ou ao menos contribuir para a construção, do espaço social como ordem artificialmente criada para esse fim de regulação das relações entre os sujeitos. O valor

da liberdade está diretamente relacionado ou ligado à experiência da subjetivação privada. Aquilo que se pensa como mais íntimo e privado é o motor para as ações livres (ou ao menos, pretensamente livres) do sujeito individualizado. Sem essa noção inarredável de que a liberdade, axiologicamente compreendida, é o fim para o qual a vida do sujeito se dirige, não há qualquer subjetivação daquilo que ele concebe como sendo verdadeiro, para si mesmo ou sobre aquilo que ele pode atribuir aos outros sob a égide de eles também serem livres.

O pressuposto inarredável para esse pensamento sobre a liberdade e sobre a subjetivação privada está contido no próprio conceito de “não-ser” livre, ou seja, não se estar apropriado do seu corpo. A escravidão é a ilustração mais emblemática e simbólica da retirada da condição de sujeito que pode ocorrer ao homem. É somente com a libertação, e, conseqüentemente, com a apropriação do seu “próprio” corpo que a liberdade se descortina como um valor fundamental e intrínseco ao conceito mais mezinho de ser sujeito.

Analogicamente, não existia o conceito de sujeito na antiguidade, embora, existisse o conceito de cidadão. O cidadão era aquele aristocrata que possuía direito à participação na vida política da *pólis*. A democracia, portanto, era exercida pelos cidadãos, que decidiam os desígnios políticos da cidade que habitavam. No entanto, a cidadania não era um conceito extensível a qualquer um, existiam pormenores históricos (que não hão de ser aprofundados na presente análise) que definiam se alguém era ou não cidadão, de maneira que a noção universalista de liberdade e de ser sujeito não estava atrelada a cidadania. Ou seja, não havia liberdade porque não havia subjetivação no sentido mais simples possível, na possibilidade de ter para si mesmo seus próprios pensamentos e de poder expressá-los, livremente, tanto quanto o queira fazer tal ato de volição individual.

No entanto, no próprio contexto em que a subjetivação privatizada é dada ela também questionada. Esse movimento cíclico e revoltado de questionar as próprias bases também pode ser apontado como sendo essencial para a construção do espaço psicológico, e, conseqüentemente, da pluralidade de “psicologias” atreladas a tal figura múltipla e expansiva, que é a própria representação multifacetada desse espaço. Todo o processo de instalação de uma crise, como no caso da crise da subjetivação privatizada (FIGUEIREDO; SANTI, 2003, p. 20), acaba por trazer novos paradigmas e novos

valores de análise, os quais, conseqüentemente, alteram a noção de como as coisas e as pessoas são percebidas, tratadas e concebidas nos novos sistemas que se instalam.

Assim, no mesmo sentido em que surge a subjetivação privatizada, como sendo algo íntimo imperscrutável de cada um, aparece, semelhantemente, a ideia que essa forma de subjetivação é ilusória, e não representa, especificamente, a forma de se pensar a subjetivação, ou seja, de que não há algo tão próprio que não seja partilhável em comum com as demais pessoas que repartem similarmente condições tais para que essa experiência ocorra.

Existem vários espectros dessa crítica da experiência privatizada subjetiva, desde a centralidade figura estatal, aposta por Hegel (1977, p. 144), a crítica da práxis humana e da divisão do trabalho em classes, apontada por Marx, até mesmo aquelas centradas no elemento anti-biológico da partilha comunitária do ser-com os outros de Heidegger (2008, p. 174). Não há necessidade de tecer aprofundamentos de cada um desses pensamentos filosóficos para que se possa ter a noção da crítica operada neles. Basta se ter a compreensão de que a experiência da subjetivação privatizada não é o entendimento derradeiro sobre a noção de liberdade que ancora a construção do espaço e da discussão psicológica na modernidade tardia. A modernidade, como se percebe ao longo do presente trabalho, é o espaço temporal ideal para que conceitos sejam montados e remontados, a partir do transcurso do próprio tempo e da adição de novos elementos filosóficos que vão enformando, contrariando e tecendo todo o contexto da formação e dos questionamentos que apoiam a psicologia como emergência no novo século (o século XIX, para ser mais preciso).

Assim, o espaço psicológico de discussão inicia o seu intento sem ter uma referência plena se a experiência da subjetivação privatizada é premente (determinante) ou não na formação do indivíduo. Há, como em grande parte das questões psicológicas, uma miríade de maneiras de se abordar esse elemento específico, seja por considerar desde a base biológica como determinante nos comportamentos humanos até mesmo compreender toda a metafísica por trás da subjetividade como elemento fundador e estruturador das estruturas mentais e psicológicas. O terreno para o avanço da psicologia está dado e embasado nessas várias teorias e formas de pensamento filosófico, campo fértil para que suas escolas se desenvolvam. Todavia, antes de ser dado como construído e plenamente gestado, é importante observar que existem alguns

movimentos dentro da modernidade que precisam ser mais bem escrutinados para que algumas escolas psicológicas sejam mais bem entendidas, tais movimentos são o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar, todos eles frutos da modernidade.

### **3 A TRÍADE MODERNA E SUAS CONEXÕES COM O ESPAÇO PSICOLÓGICO: ENTRE O LIBERALISMO, O ROMANTISMO E O REGIME DA DISCIPLINA**

Para poder se fazer a conexão necessária existente entre o liberalismo, o romantismo e o regime disciplinar é imperioso que seja retomado um dos elementos mais caros à formação do conceito de sujeito da modernidade já explorado anteriormente: a liberdade. A liberdade é um dos requisitos essenciais para que se pudesse ter em relevo a noção básica de subjetivação privatizada, ela deve ser considerada o escopo primordial mínimo dessa subjetivação, o direcionamento para o qual a privatização do pensamento próprio pode se dirigir, para se satisfazer e para obter em si mesmo uma razão de ser. Com essa perspectiva, é de grande valia observar que o liberalismo surge como um expoente filosófico, político, econômico e social da modernidade para elevar ao máximo o grau de efetivação da liberdade.

Em um primeiro momento de análise, a perspectiva mais comezinha do liberalismo aponta que o homem é um ser livre, e sua liberdade individual deve ser ampla e total para que ele seja feliz e para que seja possível a liberdade para com os outros. Cada homem livre é responsável por si mesmo e a liberdade de um para com os outros torna possível o convívio em sociedade. Em termos econômicos, Adam Smith (1981, p. 129) argumentou que o implemento econômico derivava da atuação livre dos indivíduos que, movidos inclusive – embora não de maneira exclusiva com esse intuito específico (SEN, 1992, p. 112) – pelo seu interesse próprio (traduzido por alguns como "interesse egoísta") o qual possibilitaria o desenvolvimento econômico e tecnológico das nações. Para controlar todas essas inflexões liberais, e até certo ponto egoístas do homem durante o exercício de sua liberdade econômica, o próprio mercado disporia de uma “mão invisível” que orientaria o desenvolvimento econômico, e se autorregularia, ao invés de se direcionar para o caos e à derrocada. Assim, o foco principal dessa teoria é que a ação individual é a fonte primordial de liberdade do homem e deve ser sempre colocada em primeiro plano para que haja desenvolvimento, humano e econômico.

A faceta econômica é uma das formas de se analisar a atuação do liberalismo, ela ainda perdura hodiernamente, no chamado neoliberalismo, com algumas alterações e implementações. No entanto, nem todos os pensadores liberais se inclinaram para o lado econômico. Na mesma esteira do liberalismo, surgiu a teoria do utilitarismo, o qual propunha uma forma de maximização da felicidade dos seres humanos a partir de um quociente de medição de tal atributo em toda a coletividade. Nesse sentido, a noção pretérita de uma liberdade negativa do liberalismo econômico, em que o Estado se abstinha de intervir na ação individual da liberdade do homem, passa a ser substituída por um construtivismo racional (FIGUEIREDO, 2007, p. 131), o qual foi capitaneado, expressivamente, por Jeremy Bentham, o fundador do utilitarismo.

Para Bentham, a missão dos governantes consistia em fazer um cálculo racional de distribuição coletiva da felicidade na sociedade, punindo ou recompensando indivíduos de acordo com as suas ações e, conseqüentemente, de acordo com os efeitos de tais ações sobre o corpo coletivo comum. Desta forma, o elemento mais importante da liberdade dos indivíduos finda por ser as conseqüências de seus atos, o que justifica, em última instância a atuação estatal proativa para que haja uma maximização da felicidade, desde que certas medidas sejam tomadas para conter ou para incentivar ou promover condutas que favoreçam a felicidade geral do povo.

A partir de então, toma-se uma noção de liberdade um pouco diferente do liberalismo clássico. No utilitarismo, o indivíduo e a sua ação livre ainda são as unidades básicas da construção da sociedade, no entanto, esse indivíduo (ou sujeito) é livre para optar entre castigos ou recompensas, devendo guiar as suas escolhas para aquilo que está previamente definido como sendo uma conseqüência para os seus atos. Ao Estado não cabe mais apenas garantir o direito natural de liberdade outrora tido por intangível, é necessário que ele aja diretamente: estabelecendo de antemão, por meio da lei, quais serão as punições e quais serão os incentivos para cada tipo de ação a ser reprovada ou incentivada. De modo que ao Estado não cabe apenas estatuir tais premissas, ele deve ser efetivo no seu cumprimento. Por mais que o seu dever primordial não seja coercitivo, e sim garantista da liberdade, ele não pode se furtar a punir ou a incentivar condutas que favoreçam a felicidade da coletividade.

Trilhando esse passo, afigura-se bastante similar o modo que Bentham estabelece o seu utilitarismo com a forma que um grande psicólogo behaviorista do

século XX expressa seu pensamento: F. B. Skinner. Skinner é um dos expoentes do comportamentalismo e desenvolveu alguns dos conceitos dessa escola psicológica a partir de punições e de reforços (positivos ou negativos) que lembram bastante o modelo prático de utilitarismo posto em relevo por Bentham alguns séculos antes dele. Desta maneira, é fácil observar que a vertente utilitarista desenvolvida por Bentham finda por possuir um caráter explicitamente disciplinador. É essa essência regradora de um regime de disciplina que Skinner (1974, p. 39) alcança para estabelecer o conceito de condicionamento operante (com reforços positivos, de incentivo, e negativos, de retirada de um evento punitivo, e com o auxílio da punição para tolher o comportamento reprovado).

A similitude entre Bentham e Skinner é algo bastante aparente, ainda que grande parte do experimentalismo de Skinner seja efetuado em animais não-humanos, grande parte de suas descobertas foram transportadas para a aplicação prática em indivíduos humanos, dada a sua flagrante aplicabilidade. Bentham, semelhantemente, não apenas divagou sobre os conceitos de maximização coletiva da felicidade humana, ele chegou a propor um centro de poder e disciplina bastante proeminente denominado de *Panopticon*, o qual inspirou outros pensadores a debaterem esse tema, desde acadêmicos, como Michel Foucault, até mesmo a cultura popular em filmes relacionados ao regime disciplinar, como “Laranja Mecânica”. Assim, denota-se o qual expressiva são as ideias reguladoras do utilitarismo de Bentham e qual forte é a sua influência até os dias de hoje, desde o behaviorismo de Skinner, passando pelas críticas de Foucault ao controle e ao poder de tais premissas, até mesmo sendo influente na cultura popular nas formas de controle social.

Todavia, há de se ressaltar, nem todas as vertentes utilitaristas se ativeram, unicamente, a reforçar o cálculo equacionador da felicidade máxima da coletividade. Isso porque existiram pensadores como John Stuart Mill que aproximaram o utilitarismo liberal do romantismo, afastando-se da tendência disciplinadora de Bentham, por exemplo. Ele argumenta que o discurso livre é a condição necessária para o progresso intelectual e social, de modo que a liberdade, como princípio, não possui aplicação a nenhum estado de coisas anterior ao tempo no qual a humanidade tinha se tornado capaz de se desenvolver a partir da discussão livre e igualitária (MILL, 1985, p. 83). O filósofo em tela apresenta, portanto, um retorno às premissas mecanicistas e empiristas do liberalismo clássico, sem, contudo, exacerbar a liberdade como um direito

plenamente natural que deva se sobrepôr a todas as demais necessidades humanas, uma vez que é possível exercer a limitação da liberdade sobre aqueles que ponham em risco o direito alheio, como, por exemplo, os marginais e os criminosos (nesses casos, em específico, em que a liberdade não possui uma aplicabilidade premente, dado seu estado pré-humano de desenvolvimento igualitário).

No entanto, o elemento mais importante do pensamento de John S. Mill que deve ser colocado em relevo na presente análise é o que diz respeito à individualidade como um dos elementos do bem-estar. Como destaca Luís Cláudio Figueiredo (2007, p. 135), há nessa parte do seu pensamento uma valoração romântica da vida, na qual Mill dá ênfase à singularidade, à diversidade, à espontaneidade e à interioridade dos indivíduos. Assim, Mill finda por exibir uma concepção de natureza humana que ressalta a impulsividade e o afloramento dos desejos, de maneira que ele finda por ser interpretado como sendo bastante próximo a Sigmund Freud, para citar um exemplo comparativo na evolução das escolas psicológicas recentes.

John S. Mill acaba por se contrapor aos intentos disciplinadores do utilitarismo de Betham, sua aproximação com Freud se torna ainda mais evidente quando se sabe que o psicanalista alemão foi o responsável por traduzir as obras do filósofo britânico para a língua germânica. Assim, toda a exaltação das diferenças, da interioridade e da singularidade humana proposta por Mill é um dos substratos teóricos mais salutares do pensamento freudiano, ele serve de espeque para que se possa pensar desde a divisão psíquica do sujeito, até mesmo como elementos culturais findam por sobrepôr e dominar os impulsos e desejos subjetivos de cada um, como Mill anteriormente já apontava em alguns escritos.

Apesar de se aproximar do ideal romântico, Mill ainda não cristaliza precipuamente toda a essência desse pensamento europeu moderno. As suas raízes encontram-se fincadas de maneira mais expressiva na França e na Alemanha. O romantismo se opõe ainda mais fortemente ao regime disciplinar outrora analisado. Ele centra forças no impulso energético vital do ser humano, como elemento criador de um ideal trágico de vida. Certamente, ao se valer desses termos para designar o ideal romântico, o primeiro pensador que pode ser evocado certamente é Friedrich Nietzsche. O seu ideal e a sua concepção de vida dizem respeito a toda essa experiência estética do

ser humano, incontido em seus desejos e incapaz de abarcar todas as possibilidades de ser em sua existência.

Por causa dessa tendência de valorização de possibilidades da existência humana, Nietzsche é considerado um dos percussores do existencialismo, ao menos em sua vertente humanista, outros pensadores apontados como percussores desse pensamento são Søren Kierkegaard (existencialismo cristão) e Jean-Paul Sartre. No entanto, retomando esforços na explanação do romantismo, percebe-se que o valor da liberdade é posto em relevo como sendo algo mais pujante e mais florescente que um simples direito natural à ação individual como proposto pelo liberalismo. A liberdade passa a ser a própria realização dos desejos subjetivos, ela é o condizente prático de toda a subjetivação privatizada do indivíduo, o qual necessita expressar-se pela sua própria vida, pelos seus impulsos e pelas suas singularidades, cada vez mais diversas e cada vez mais representativas do próprio estilo de vida que o romantismo exalta. Apesar de existir a noção vulgar do “amor romântico” como sendo o “amor idealizado e impossível”, essa noção arquetípica comum não destoa profundamente do que o romantismo preconiza, uma vez que exaltar os elementos mais passionais e mais vívidos da existência é realmente o que o ideal romântico tenta repassar como efetivo em seu centro de pensamento.

Traçando, mais uma vez, o paralelo da evolução do pensamento moderno com escolas psicológicas e com pensadores dessa vertente, pode-se dizer que o romantismo possui uma correspondência bastante estreita com o pensamento de Carl Gustav Jung. O próprio conceito de individuação por ele proposto em que se fundem elementos conscientes e inconscientes, com desejos e impulsos contrários e prevalentes finda por ser algo bastante próximo de toda a expressão poética e trágica do romantismo. O caráter expressivo do romantismo dá azo a fazer esse comparativo e julgá-lo como sendo uma forma de pensamento contrária, principalmente, ao regime disciplinador, retaliando-o em suas punições, proibições e interditos, que afastam o homem de sua existência mais própria e autêntica propriamente dita.

Desta maneira, há de se perceber que há certas ligações entre os três expoentes do pensamento moderno: o regime disciplinar, o liberalismo e o romantismo, com fortes intersecções no utilitarismo, ligando os pontos convergentes entre cada uma dessas maneiras de pensar. Estudar o pano de fundo de desenvolvimento desses baluartes do

pensamento humano ajuda de maneira bastante incisiva na concepção da formação de um espaço psicológico, principalmente quando tais expedientes intelectuais são concatenados com exemplos em escolas psicológicas, o que dá ainda mais sustentáculo para a necessidade de um estudo histórico das psicologias.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Indiscutivelmente, ao final de todo o esforço para se fazer um breve recorte de todo o percurso da construção do espaço psicológico, pode-se chegar ao entendimento de que há uma miríade de elementos e concepções que influenciam a formação do mencionado espaço. Por vezes, ele é considerado um projeto contraditório em sua gênese, os próprios pressupostos filosóficos de sua fundamentação teórica ainda na modernidade apontam para tal direcionamento. Não obstante, por mais contraditório que esse projeto possa parecer, derradeiramente, ele pode parecer ser algo ainda pior, ele pode parecer ser pouco profícuo, quiçá inútil.

A sua inutilidade pode ser derivada tanto da própria filosofia da qual ele bebe quanto da aplicabilidade prática de alguns de seus ramos, ou de alguma de suas psicologias, uma vez que tal estirpe de crítica não é algo incomum para a psicanálise, ou até mesmo para alguns ramos mais exóticos, como, por exemplo, a transpessoal. No entanto, juntando forças com regimes de forte disciplina, os comportamentalistas podem rechaçar tal crítica ao seu trabalho, afinal, o enlace entre o utilitarismo e as perspectivas liberais da modernidade germinaram frutos bastante expressivos nos dias de hoje, e alguns desses ramos psicológicos, certamente, se eximem de tal criticismo de uma maneira bastante salutar.

Todavia, o escopo primordial do trabalho em comento não é discutir sobre a utilidade ou a inutilidade da psicologia. Em resumo, o que se pode-se afirmar que não é possível compreender a formação do espaço psicológico sem alguns direcionamentos específicos, ou seja, sem compreender a necessidade dos elementos fundadores da experiência do sujeito na modernidade (seja ela com enfoque racionalista ou emipirista) e daí a derivação da subjetivação privatizada, e a sua posterior crise, que coloca a psicologia como elemento definidor do que vem a ser tal experimentação subjetivada da realidade e a sua possibilidade de crítica. Semelhantemente, as escolas psicológicas são mais bem compreendidas quando se é feito um comparativo histórico de seus conceitos com as ideias basilares do liberalismo, do romantismo e do regime disciplinar. Apenas

com um estudo conjunto e entrelaçado entre essa tríade e alguns correspondentes mais recentes é que se pode compreender melhor um pouco de toda a complexidade que cerca a formação do espaço psicológico.

### **Abstract**

The paper discusses the creation of psychological field and its philosophical course on human history. Methodologically, it tries to point out the possibility of this field aparted from other sciences, considering, anyway, its philosophical origins. It intends to recall the historical course of psychological field construction since modernity, which is the basic structure for its development. It results that crisis and paradigms shifts after modernity draw the most adequate moment for psychological field appearance. It concludes that the creation of psychological field is a modern evolution and it is still on course nowadays.

**Key-Words:** Psychology, Philosophy, Modernity.

### **REFERÊNCIAS**

DESCARTES, René. *Meditações sobre filosofia primeira*. Trad. Fausto Castilho. Campinas: CEMODECON-UNICAMP, 2004.

DREYFUS, Hubert; WRATHALL, Mark. *A companion to Heidegger*. Malden: Blackwell, 2005.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. “A constituição do espaço psicológico”. In: FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. *Matrizes do pensamento psicológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 13-25.

\_\_\_\_\_. “A gestação do espaço psicológico no século XIX: liberalismo, romantismo e regime disciplinar”. In: FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. *A invenção do psicológico: Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. 7. ed. São Paulo: Escuta, 2007. p. 129-150.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. “Precondições socioculturais para o aparecimento da psicologia como ciência no século XIX”. In: FIGUEIREDO, Luís Cláudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. *Psicologia: uma (nova) introdução*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2003. p. 19-53.

HEGEL, Georg W. F. *Phenomenology of Spirit*. Trad. A. V. Miller. Oxford: Oxford UP, 1977.

HEIDEGGER, Martin. *Seminários de Zollikon*. Trad. Gabriela Arnhold e Maria de Fátima de Almeida Prado. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ser e Tempo*. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schüback. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MILL, John Stuart. *On Liberty*. London: Penguin, 1985.

SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. *Lua Nova*. Brasília, v. 25, n.1, 1992. p. 103-130.

SCHMITZ, Kenneth L. *The Texture of Being: Essays in First Philosophy*. Washington: Catholic University of America, 2007.

SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

### **Sobre o autor**

*Lauro Ericksen* é doutor, mestre e bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e bacharel em Direito também pela UFRN. Endereço eletrônico: lauroericksen@yahoo.com.br